

**RELATÓRIO DA ADMINISTRA O**

**Senhores acionistas e clientes:**  
A administra o do Banco Societ  Generale Brasil S.A. submete   aprecia o de V.Sas., o Relatório de Administra o e as correspondentes Demonstra es Financeiras individual e consolidada com o parecer dos Auditores Independentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

**Sobre o Grupo SG Brasil**  
O Conglomerado Societ  Generale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. Na Europa   a uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Societ  Generale Brasil S.A., além da própria entidade individual consolidada às seguintes controladas: SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Societ  Generale S.A. – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, SGAM Sociedade Asset Management Brasil Ltda., Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., O Patrimônio Líquido consolidado em 31 de dezembro de 2011 atingiu o valor de R\$ 961 milhões e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 16,6% (Acordo da Basileia II). A carteira de crédito do Consolidado atingiu R\$ 3.480 milhões (R\$ 3.002 milhões no final de 2010), com um  ndice de créditos classificados de AA-B em rela o   carteira total de créditos de 90,3% (91,7% no final de 2010). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 5,5% do total da carteira ao final de dezembro de 2011 (5,1% ao final de 2010).

**Responsabilidade Social**  
O Instituto de Responsabilidade Social Societ  Generale tem como missão valorizar e transformar vidas humanas através da promo o gratuita da educa o, capacita o profissional e de atividades que envolvam esporte, saúde, arte, cultura e preserva o do meio ambiente. Com metodologia própria, também emprega expertise de gestão do Grupo Societ  Generale para ampliar a eficiência de seus investimentos sociais. Por essa razão, as parcerias estabelecidas são avaliadas como um investimento, respeitando processos de controle de riscos, comitê de crédito e controle de fluxo de caixa. Esse ano, o Instituto segue o pilar da inclusão por meio da educa o, investindo fortemente em projetos com foco principal na capacita o profissional de jovens em alto  ndice de vulnerabilidade social, assistidos pelas ONGs parceiras.

**Agradecimentos**  
A Administra o do Grupo Societ  Generale Brasil agradece aos colaboradores pelo empenho e dedica o, e a nossos acionistas e clientes, o indispensável apoio e confiança depositados.

São Paulo, 31 de dezembro de 2011

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais - R\$)**

	ATIVO	Banco				Consolidado			
		2011		2010		2011		2010	
		Nota explicativa	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>7.085.017</b>	<b>4.713.719</b>	<b>7.766.984</b>	<b>5.558.519</b>				
Disponibilidades	5	6.205	29.443	9.613	31.662				
Aplica�es interfinanceiras de liquidez	6	1.560.127	2.159.846	290.413	1.255.852				
Aplica�es no mercado aberto		274.651	1.220.280	274.651	1.220.280				
Aplica�es em depósitos interfinanceiros		1.278.730	921.753	8.641	17.426				
Aplica�es em moedas estrangeiras		6.746	17.813	7.121	18.146				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.238.993	1.040.343	1.636.550	1.509.113				
Carteira própria		712.818	290.162	1.022.536	531.754				
Vinculados a opera�es compromissadas		-	-	-	131.811				
Vinculados ao Banco Central		-	-	-	15.075				
Vinculados � presta�o de garantias		427.526	590.324	500.290	685.691				
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	98.649	159.857	98.649	159.857				
Rela�es interdependências		1.941	51	7.272	5.362				
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1	-	19	-				
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		1.940	51	2.074	417				
Correspondentes		-	-	5.179	4.945				
Rela�es interdependências		-	-	2	5				
Transferências internas de recursos		-	-	2	5				
Opera�es de crédito		34.690	108.154	1.468.270	1.302.963				
Opera�es de crédito - setor privado	9.a	35.035	108.382	1.591.684	1.409.954				
Provisão para opera�es de crédito de liquida�o duvidosa	11	(345)	(228)	(123.414)	(106.991)				
Opera�es de arrendamento mercantil	10	-	-	5.587	7.476				
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		-	-	107.223	65.941				
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		-	-	38.325	1.996				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		-	-	(106.060)	(65.067)				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		-	-	(36.406)	(1.955)				
Adiantamentos a fornecedores		-	-	5.465	7.444				
Rendas a apropriar de taxa de compromisso de arrendamento		-	-	(24)	(76)				
Provisão para opera�es de arrendamento mercantil de liquida�o duvidosa	11	-	-	(2.936)	(91)				
Outros créditos		4.243.045	1.375.852	4.298.262	1.406.980				
Carteira de câmbio	12	4.220.012	1.344.305	4.220.012	1.344.305				
Rendas a receber		201	527	201	527				
Negocia�o e intermedia�o de valores	8	-	-	580	5.520				
Diversos	13.a	22.998	31.112	79.037	57.975				
Provisão para outros créditos de liquida�o duvidosa	11	(166)	(92)	(1.568)	(1.347)				
Outros valores e bens		16	30	51.015	39.106				
Outros valores e bens		-	-	34.174	35.405				
Despesas antecipadas	14	16	30	46.841	38.677				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>3.881.704</b>	<b>2.480.509</b>	<b>3.998.258</b>	<b>2.872.441</b>				
Aplica�es interfinanceiras de liquidez	6	1.493.995	1.125.338	-	-				
Aplica�es em depósitos interfinanceiros		1.493.995	1.125.338	-	-				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	352.453	40.210	352.453	87.662				
Carteira própria		85.461	-	85.461	41.070				
Vinculados � presta�o de garantias		165.796	-	165.796	6.382				
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	101.196	40.210	101.196	40.210				
Opera�es de crédito		26.721	84.308	1.484.014	1.247.557				
Opera�es de crédito - setor privado	9.a	26.721	84.308	1.557.352	1.291.103				
Provisão para opera�es de crédito de liquida�o duvidosa	11	-	-	(73.338)	(43.546)				
Opera�es de arrendamento mercantil	10	-	-	98.254	100.420				
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		-	-	61.062	4.800				
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		-	-	(98.254)	(100.420)				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		-	-	(61.062)	(4.800)				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		-	-	-	-				
Outros créditos		2.008.535	1.230.653	2.100.970	1.501.382				
Carteira de câmbio	12	1.912.849	1.149.783	1.912.849	1.149.783				
Diversos	13.a	95.686	80.870	188.133	351.600				
Provisão para outros créditos de liquida�o duvidosa	11	-	-	(12)	(1)				
Outros valores e bens		-	-	60.821	35.840				
Outros valores e bens		-	-	160	151				
Provisão para desvaloriza�o de outros valores e bens		-	-	(160)	(151)				
Despesas antecipadas	14	-	-	60.821	35.840				
<b>PERMANENTE</b>		<b>588.448</b>	<b>708.935</b>	<b>684.348</b>	<b>580.687</b>				
Investimentos		397.001	486.275	63	74				
Participa�es em controladas	16	396.964	486.238	-	-				
Outros investimentos		37	37	122	133				
Provisão para perdas		-	-	(59)	(59)				
Imobilizado de uso		2.692	2.753	22.725	22.411				
Imóveis de uso		-	-	207	207				
Reavalia�o de imóveis de uso		-	-	804	804				
Outras imobiliza�es de uso		7.720	7.632	50.138	52.428				
Deprecia�es acumuladas		(5.028)	(4.879)	(28.424)	(31.028)				
Imobilizado de arrendamento		-	-	34.116	186.846				
Bens arrendados		-	-	434.335	216.847				
Superveni�ncias de deprecia�es		-	-	30.407	9.398				
Perdas de arrendamento a amortizar		-	-	5.093	-				
Deprecia�es acumuladas		-	-	(122.923)	(39.399)				
Amortiza�o de perdas de arrendamento		-	-	(3.396)	-				
Diferido		-	-	3.569	5.231				
Gastos de organiza�o e expansão		-	-	17.929	17.305				
Amortiza�o acumulada		-	-	(14.360)	(12.074)				
Intangível	17	188.755	219.907	313.875	366.125				
Ágio em controladas incorporadas		397.775	397.775	639.188	639.188				
Outros ativos intangíveis		-	-	9.357	9.207				
Provisão para ajuste ao valor recuperável		(119.861)	(119.861)	(119.861)	(119.861)				
Amortiza�o acumulada de �gio		(89.159)	(58.007)	(210.681)	(159.092)				
Amortiza�o acumulada de outros intangíveis		-	-	(4.148)	(3.317)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.555.169</b>	<b>7.903.163</b>	<b>12.449.590</b>	<b>9.011.647</b>				

	PASSIVO	Banco				Consolidado			
		2011		2010		2011		2010	
		Nota explicativa	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.505.110</b>	<b>4.415.155</b>	<b>6.609.901</b>	<b>4.927.113</b>				
Depósitos	18	838.391	1.162.705	671.133	1.168.008				
Depósitos � vista		6.286	1.973	6.650	2.483				
Depósitos interfinanceiros		406.911	174.570	229.108	159.512				
Depósitos a prazo		425.194	986.161	435.375	1.006.012				
Outros depósitos		-	1	-	1				
Capta�es no mercado aberto		-	-	-	131.652				
Carteira própria		-	-	-	131.652				
Rela�es interfinanceiras		-	-	57	284				
Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	-	46	17				
Correspondentes		-	-	11	262				
Obriga�es junto a participantes do sistema de liquida�o		-	-	-	5				
Rela�es interdependências		8.727	2.490	9.330	3.220				
Recursos em trânsito de terceiros		8.727	2.490	9.330	3.220				
Obriga�es por empréstimos e repasses	19	1.369.782	1.823.478	1.546.625	2.069.593				
Empréstimos no exterior		1.369.782	1.823.262	1.546.625	2.069.377				
Repasses do exterior		-	216	-	216				
Instrumentos financeiros derivativos		69.776	157.521	69.776	157.521				
Instrumentos financeiros derivativos	7.d	69.776	157.521	69.776	157.521				
Outras obriga�es		4.218.434	1.268.961	4.312.380	1.396.835				
Cobran�a e arrecada�o de tributos e assemelhados		460	7.675	1.551	8.650				
Carteira de c�mbio	12	4.179.111	1.204.416	4.179.111	1.204.416				
Fiscais e previdenciárias	13	4.752	10.969	27.408	36.651				
Negocia�o e intermedia�o de valores	8.b	13.923	18.359	16.931	28.802				
Diversas	13.c	20.188	27.542	87.379	118.316				
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>4.089.276</b>	<b>2.388.713</b>	<b>4.798.081</b>	<b>2.920.473</b>				
Depósitos	18	153.965	171.404	171.697	193.761				
Depósitos a prazo		153.965	171.404	171.697	193.761				
Obriga�es por empréstimos e repasses	19	1.705.481	896.239	2.148.103	1.235.083				
Empréstimos									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011. - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

rendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de "Bens arrendados". g) Valores residuais garantidos - Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". h) Superavaliação ou insuficiência de depreciação - Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor é então apurado e comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação se negativa, ou superavaliação de depreciação se positiva. A superavaliação de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. i) Carteira de câmbio - As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases "pró-rata" dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo) - São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. k) Investimentos - • As participações em controladas e coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • As ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Cetip - Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, não registradas ao valor de custo; e • Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. l) Imobilizado - É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas. m) Depreciações - • Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; • Imobilizado de arrendamento - é calculado pelo método linear, no prazo útil de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente ao mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil. n) Diferido - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel. o) Intangível - No Banco, estão representados pelos ágios pagos nas aquisições das controladas Banco Pecúnia S.A. e Banco Cacicue S.A., líquido de provisão para ajuste ao valor recuperável. No Consolidado, inclui também gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares, e os ágios oriundos de incorporações reversas que estão sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez anos. p) Valor de recuperação dos ativos - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. q) Atualização monetária e obrigações - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos ao índice de inflação oficial, quando atualizados até as datas dos balanços, são contrapartidas dessas atualizações e são refletidas no resultado. r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. t) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. u) Mensuração a valor de mercado - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados por várias associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis a uma data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. v) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Consolidado, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Consolidado. I - Risco de crédito - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Consolidado é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. II - Risco de mercado - A área de Risco de Mercado é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Consolidado com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Consolidado, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. III - Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. IV - Risco operacional - Conforme a Resolução BACEN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, o Consolidado identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 27); essa avaliação é revisada no mínimo periodicamente e desencadeia plano de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no § 1º do art. 1º da Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à Gestão de Riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.477, de 24 de dezembro de 2009, estão disponíveis em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA PARA O FLUXO DE CAIXA INDIRETO

Table with columns for Banco and Consolidado for 2011 and 2010, showing Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, and Total values.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2011:

Table showing Aplicações no mercado aberto and Aplicações em depósitos interfinanceiros for Banco and Consolidado at 3, 12, and 36 months.

Em 31 de dezembro de 2010:

Table showing Aplicações no mercado aberto and Aplicações em depósitos interfinanceiros for Banco and Consolidado at 3, 12, and 36 months.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 por categoria:

Table showing the classification of titles and securities by category for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, including Carteira própria, títulos para negociação, and vinculados a prestação de garantias.

Table showing the classification of titles and securities by category for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, including Carteira própria, títulos para negociação, and vinculados a prestação de garantias.

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e pelas cotações divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo. Os títulos públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic, respectivamente. As cotas de fundos de investimento estão custodiadas no respectivo administrador do fundo.

b) Composição por prazo de vencimento

Table showing the composition of investment by maturity for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, categorized by title type and maturity.

Table showing the composition of investment by issuer for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, categorized by issuer type and issuer.

Table showing the composition of investment by issuer for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, categorized by issuer type and issuer.

d.1) "Swap" e NDF

Em 31 de dezembro de 2011

Table showing Swap and NDF derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, including details on operations registered in CETIP and BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2010

Table showing Swap and NDF derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, including details on operations registered in CETIP and BM&FBOVESPA.

(\*) Determinados contratos de Swap estão associados a operações de crédito, contratados pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada, conforme estabelecido na Circular BACEN nº 3.150/02 (nota explicativa nº 3). O saldo das operações associadas, em 31 de dezembro de 2011, totaliza R\$ 6.801 (R\$ 71.202 em 2010).

Diferencial a receber (pagar)

Table showing the differential to receive/pay for Banco and Consolidado in 2011 and 2010.

d.2) Mercado futuro

Table showing future market derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, including Mercadoria and Mercadoria categories.

Table showing future market derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, including Mercadoria and Mercadoria categories.

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". Vide nota explicativa nº 8. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA. A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 593.322 no Banco e R\$ 665.835 no Consolidado. Em 2010, havia R\$ 590.324 no Banco e R\$ 691.650 no Consolidado. Os contratos de "swap", NDFs e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2011

Table showing swap and future market derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, including "Swap" and "Futuros" categories.

Em 31 de dezembro de 2010

Table showing swap and future market derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, including "Swap" and "Futuros" categories.

Table showing swap and future market derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010, including "Swap" and "Futuros" categories.

d.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" - A estratégia de "hedge accounting" de fluxo de caixa do banco é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto a Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de "hedge", composta pelo empréstimo - objeto de hedge e os derivativos - instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082. As estruturas de "hedge" são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade dessas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado. A avaliação mensal da efetividade dessas estruturas é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA. Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador são representados como segue: a) "Hedge" de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2011

Table showing hedge derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010.

Em 31 de dezembro de 2010

Table showing hedge derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010.

Table showing hedge derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010.

Table showing hedge derivatives for Banco and Consolidado in 2011 and 2010.

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

a) Ativo - Outros créditos

Table showing other credits for Banco and Consolidado in 2011 and 2010.

Table showing other credits for Banco and Consolidado in 2011 and 2010.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Tipo de operação:

Table showing credit and lease operations for Banco and Consolidado in 2011 and 2010.

**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011.** - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**b) Diversifica o por atividade:**

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Setor privado:				
Industria	28.810	153.221	52.642	157.943
Comércio	55.152	108.979	102.725	151.069
Institui�es financeiras	8.919	5.966	23.678	22.997
Pessoas físicas	427	255	3.074.233	2.462.513
Outros serviços	4.023	61.198	127.969	176.378
Setor público:				
Governo federal	-	-	99.064	31.313
Total	<u>97.331</u>	<u>329.619</u>	<u>3.480.311</u>	<u>3.002.213</u>

**c) Vencimento**

	Banco				Consolidado			
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Prazo:								
Vencidas a partir de 15 dias	510	0,52	-	-	74.232	2,13	64.107	2,14
A vencer até 3 meses	17.267	17,74	45.481	13,80	552.002	15,86	478.594	15,94
A vencer de 3 a 12 meses	34.665	35,62	191.762	58,18	1.124.363	32,31	1.062.317	35,38
A vencer de 1 a 3 anos	44.889	46,12	89.376	27,11	1.370.616	39,38	1.103.414	36,75
A vencer de 3 a 5 anos	-	-	3.000	0,91	334.867	9,62	267.792	8,92
A vencer de 5 a 15 anos	-	-	-	-	24.231	0,70	25.989	0,87
Total	<u>97.331</u>	<u>100,00</u>	<u>329.619</u>	<u>100,00</u>	<u>3.480.311</u>	<u>100,00</u>	<u>3.002.213</u>	<u>100,00</u>

**d) Concentra o da carteira de crédito:**

	Banco				Consolidado			
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	18.209	18,71	76.490	23,21	18.209	0,52	76.490	2,55
20 seguintes maiores devedores	76.258	78,35	237.503	72,05	296.765	8,53	394.804	13,15
10 seguintes maiores devedores	2.815	2,89	15.613	4,74	51.488	1,48	57.119	1,90
50 seguintes maiores devedores	49	0,05	13	0,00	53.718	1,54	32.555	1,08
100 seguintes maiores devedores	-	-	-	-	30.912	0,89	18.634	0,62
Demais devedores	-	-	-	-	3.029.219	87,04	2.422.611	80,69
Total	<u>97.331</u>	<u>100,00</u>	<u>329.619</u>	<u>100,00</u>	<u>3.480.311</u>	<u>100,00</u>	<u>3.002.213</u>	<u>100,00</u>

**e) Nível de risco:**

Nível	Banco				Consolidado			
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos
AA	0,00%	38.171	-	38.171	290.674	-	38.171	290.674
A	0,50%	16.014	-	16.014	69	2.771.437	16.014	2.771.437
B	1,00%	43.146	431	25.131	251	165.763	43.146	165.763
C	3,00%	-	-	-	-	70.521	-	70.521
D	10,00%	-	-	-	-	56.145	-	56.145
E	30,00%	-	-	-	-	32.812	-	32.812
F	50,00%	-	-	-	-	29.828	-	29.828
G	70,00%	-	-	-	-	22.237	-	22.237
H	100,00%	-	-	-	-	127.126	-	127.126
Total		<u>97.331</u>	<u>511</u>	<u>329.619</u>	<u>320</u>	<u>3.480.311</u>	<u>190.695</u>	<u>3.002.213</u>

Nível	Banco				Consolidado			
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos
AA	0,00%	204.442	-	204.442	434.952	-	204.442	434.952
A	0,50%	2.767.093	4.344	2.771.437	2.204.759	1.396	2.206.145	2.206.145
B	1,00%	158.949	7.269	165.763	84.347	28.501	112.848	112.848
C	3,00%	63.930	6.591	70.521	26.296	29.075	55.371	55.371
D	10,00%	49.344	6.801	56.145	14.388	14.323	28.711	28.711
E	30,00%	25.697	7.115	32.812	12.399	10.784	25.023	25.023
F	50,00%	20.114	9.714	29.828	9.408	8.408	14.746	14.746
G	70,00%	14.924	7.313	22.237	6.422	9.351	13.373	13.373
H	100,00%	76.090	51.036	127.126	42.041	69.003	111.044	111.044
Total		<u>3.380.128</u>	<u>100.183</u>	<u>3.480.311</u>	<u>2.832.842</u>	<u>169.371</u>	<u>3.002.213</u>	<u>3.002.213</u>

**f) Provisão por nível de risco:**

Nível	%	Banco				Consolidado			
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
		Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	0,00%	38.171	-	290.674	-	204.442	-	434.952	-
A	0,50%	16.014	80	13.814	69	2.771.437	13.858	2.206.145	11.031
B	1,00%	43.146	431	25.131	251	165.763	1.657	112.848	1.128
C	3,00%	-	-	-	-	70.521	2,15	55.371	1,661
D	10,00%	-	-	-	-	56.145	2,15	28.711	2,871
E	30,00%	-	-	-	-	32.812	9,844	25.023	7,507
F	50,00%	-	-	-	-	29.828	14,914	14.746	7,373
G	70,00%	-	-	-	-	22.237	15,566	13.373	9,361
H	100,00%	-	-	-	-	127.126	127,126	111.044	111,044
Provisão mínima		<u>97.331</u>	<u>511</u>	<u>329.619</u>	<u>320</u>	<u>3.480.311</u>	<u>190.695</u>	<u>3.002.213</u>	<u>151.976</u>
Provisão adicional (*)		-	-	-	-	-	10.573	-	10.573
Total		-	-	-	-	-	<u>201.268</u>	-	<u>201.268</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2011, foram constituídas provisões para créditos de liquida o duvidosa adicionais, na controlada Banco Pecúnia S.A., no montante de R\$ 10.573, considerando as matrizes de riscos de crédito internas (histórico de perdas e recupera es).

**10. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

As opera es de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a op o contratual de compra do bem. O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados ao valor presente, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

	2011	2010
Arrendamentos a receber - setor privado	205.478	138.452
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(204.314)	(138.344)
Arrendamentos a receber - setor público	99.387	31.522
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(97.468)	(31.431)
Imobilizado de arrendamento, líquido de deprecia�o	305.265	171.648
Superveniência de deprecia�o	30.407	9.398
Perdas de arrendamento a amortizar líquidas	1.697	-
Cr�dores por antecipa�o de valor residual (nota explicativa n� 13 c)	(48.260)	(18.796)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>292.192</u>	<u>162.449</u>

**11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDA O DUVIDOSA**

A movimenta o da provisão para créditos de liquida o duvidosa   assim resumida:

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	320	1.084	320	223.468
Constitui�o (reversão)	191	(764)	191	(764)
Baixas	-	-	(152.028)	(236.246)
Saldo final	<u>511</u>	<u>320</u>	<u>320</u>	<u>151.976</u>

No Consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquida o duvidosa no montante de R\$ 23.283 (R\$ 45.403 em 2010). O saldo de opera es de crédito renegociados no exercício   de R\$ 2.982 ( R\$ 11.418 em 2010).

**12. CARTEIRA DE CÂMBIO**

Ativo:	Banco e Consolidado	
	2011	2010
Câmbio comprado a liquidar	3.186.129	1.285.016
Direitos sobre venda de câmbio	2.956.338	1.209.895
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(10.121)	(1.071)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa n� 9 a)	515	248
Total	<u>6.132.861</u>	<u>2.494.088</u>
Curto prazo	4.220.012	1.344.305
Longo prazo	1.912.849	1.149.783
Total	<u>6.132.861</u>	<u>2.494.088</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	3.102.397	1.173.701
Obriga�es por compra de câmbio	3.040.841	1.322.706
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exporta�o (nota explicativa n� 9 a)	(35.060)	(136.681)
Total	<u>6.108.178</u>	<u>2.359.726</u>
Curto prazo	4.179.111	1.204.416
Longo prazo	1.929.067	1.155.310
Total	<u>6.108.178</u>	<u>2.359.726</u>

**13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGA ES**

**a) Outros créditos – diversos:**

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamentos e antecipa�es salariais	707	510	2.289	2.503
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	47	-	212	303
Créditos tributários - imposto de renda e contribui�o social (nota explicativa n� 22 c)	10.056	-	82.501	236.672
Devedores por depósitos em garantia (*)	95.686	80.863	127.264	101.191
Devedores por depósitos em garantia-outras	-	-	6.132	5.773
Impostos e contribui�es a compensar	4.116	15.537	25.749	38.294
Títulos e créditos a receber (nota explicativa n� 9 a)	-	-	3.508	1.778
Contratos a implantar	30	30	2.842	-
Valores a receber de ligadas (nota explicativa n� 23)	7.716	14.549	7.716	14.549
Devedores diversos no exterior (**)	326	493	8.955	8.510
Outros	118.684	111.982	267.170	409.575
Total	<u>222.998</u>	<u>311.112</u>	<u>79.037</u>	<u>57.975</u>
Curto prazo	95.686	80.870	188.133	351.600
Longo prazo	118.684	111.982	267.170	409.575

(\*) No Banco, refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre opera es de "Box quanto pontas", totalizando R\$ 97.087 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 33.753 em 2010), a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei n  8.200/91 no montante de R\$ 5.215 (R\$ 5.338 em 2010), a amplia o da base de cálculo do Programa de Integra o Social – PIS e da Contribui o para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei n  9.718/98) no montante de R\$ 46.860 (R\$ 34.996 em 2010) vide nota explicativa n  15. Nas controladas referem-se principalmente a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda e contribui o social correspondentes às diferenças de corre o monetária relativos aos Planos Verão, Collor I e II, totalizando R\$ 7.224 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.019 em 2010), processos trabalhistas, no montante de R\$ 9.931 (R\$ 7.460 em 2010), e desmutualiza o da BM&FBOVESPA R\$ 6.979 (R\$ 6.500 em 2010). (\*\*) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa n  23).

**b) Outras obriga es - fiscais e previdenciárias:**

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provisão para impostos e contribui�es a pagar	-	-	5.161	5.008
Impostos e contribui�es a recolher	4.752	9.161	22.247	29.326
Provisão para imposto de renda e contribui�o social diferidos (nota explicativa n� 22 d)	36.528	1.808	49.849	10.721
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa n� 15. i)	87.381	78.637	217.929	182.252
Total	<u>128.661</u>	<u>89.606</u>	<u>295.186</u>	<u>227.307</u>
Curto prazo	4.752	10.969	27.408	36.651
Longo prazo	123.909	78.637	267.778	190.656
Total	<u>128.661</u>	<u>89.606</u>	<u>295.186</u>	<u>227.307</u>

**16. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS – BANCO**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011. - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**18. DEPÓSITOS**

	Banco									
	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Outros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Sem vencimento.....	6.286	1.973	-	-	-	-	-	-	6.286	1.974
Até 3 meses.....	-	-	177.510	403.313	305.549	15.058	-	-	483.059	418.371
De 3 meses a 1 ano.....	-	-	247.684	582.848	101.362	159.512	-	-	349.046	742.360
De 1 a 3 anos.....	-	-	153.965	171.404	-	-	-	-	153.965	171.404
Total.....	<u>6.286</u>	<u>1.973</u>	<u>579.159</u>	<u>1.157.565</u>	<u>406.911</u>	<u>174.570</u>	-	-	<u>992.356</u>	<u>1.334.109</u>

	Consolidado									
	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Outros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Sem vencimento.....	6.650	2.483	-	-	-	-	-	-	6.650	2.484
Até 3 meses.....	-	-	178.650	417.379	229.108	-	-	-	407.758	417.379
De 3 meses a 1 ano.....	-	-	256.725	588.633	-	159.512	-	-	256.725	748.145
De 1 a 3 anos.....	-	-	171.697	193.761	-	-	-	-	171.697	193.761
Total.....	<u>6.650</u>	<u>2.483</u>	<u>607.072</u>	<u>1.199.773</u>	<u>229.108</u>	<u>159.512</u>	-	-	<u>842.830</u>	<u>1.361.769</u>

**19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Empréstimos:				
Obrigações em moeda estrangeira - exportação e importação (a).....	43.969	228.916	43.969	228.916
Obrigações em moeda estrangeira - outras obrigações (b).....	780.920	1.543.809	780.920	1.543.809
Obrigações por empréstimos no exterior (c).....	2.250.374	913.468	2.837.656	1.466.267
Empréstimos em moeda nacional (d).....	-	-	32.183	32.160
Subtotal.....	<u>3.075.263</u>	<u>2.686.193</u>	<u>3.694.728</u>	<u>3.271.152</u>
Repasse do exterior:				
Obrigações por repasses no exterior (e).....	-	33.524	-	33.524
Total.....	<u>3.075.263</u>	<u>2.719.717</u>	<u>3.694.728</u>	<u>3.304.676</u>
Curto prazo.....	1.369.782	1.823.478	1.546.625	2.069.593
Longo prazo.....	1.705.481	896.239	2.148.103	1.235.083
Total.....	<u>3.075.263</u>	<u>2.719.717</u>	<u>3.694.728</u>	<u>3.304.676</u>

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com vencimentos até 2012 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 1,98% ao ano (1,39% ao ano em 2010). (b) São representadas por repasses em moeda estrangeira com vencimentos em 2013, sujeitos à variação cambial e juros de até 6,67% ao ano em 2011 e em 2010. (c) Referem-se, principalmente, a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2016, sujeitos à variação cambial e a juros de até 6,67% ao ano em 2011 e em 2010. Para esses empréstimos, foram feitos "hedges" (fluxo de caixa) e risco de mercado com derivativos no mercado futuro de "DII" e "DI", e em decorrência destes "hedges", houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável de R\$ 8.052 (R\$ 914 em 2010) e Consolidado R\$ 11.009 (R\$ 10.143 em 2010). Em 03 de janeiro de 2012, foi liquidado o montante de R\$ 305.042, referente a empréstimos captados no exterior, junto ao Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris). (d) No Consolidado, refere-se a empréstimo obtido no País, no valor original de R\$ 31.400, com vencimento em 2014, sujeito à variação do CDI. (e) Em 2010, referiam-se a repasses de empréstimos obtidos no exterior com a Matriz do Banco, com vencimento até 2011, sujeitos à variação cambial e a juros de até 4,53% ao ano.

**20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS**

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Comissão de fianças.....	-	4	-	4
Comissão de empréstimos (*).....	-	-	80.791	64.163
Comissão de operação em moeda estrangeira.....	138	109	138	109
Total.....	<u>138</u>	<u>113</u>	<u>80.929</u>	<u>64.276</u>

(\*) Refere-se a rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação.

**21. CAPITAL SOCIAL**

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o capital social estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2011	2010
Ações ordinárias.....	302.291	241.588
Ações preferenciais.....	302.291	241.588
Total.....	<u>604.582</u>	<u>483.176</u>

b) Dividendos - Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. c) Aumento de capital - Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de julho de 2011, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco de R\$ 1.404.908 para R\$ 1.672.912, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 48.088 ações ordinárias com direito a voto e 46.088 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central Brasil em 04 de agosto de 2011. Conforme Ata da Reunião de Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco de R\$ 1.672.912 para R\$ 1.757.914, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 14.617 ações ordinárias com direito a voto e 14.617 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 29 de dezembro de 2011.

**22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Banco				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias.....	(420.416)	(4.985)	(420.416)	(4.985)	(236.114)	21.334	(236.114)	21.334
Alíquota vigente.....	25%	25%	15%	15%	25%	25%	15%	15%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente.....	105.104	1.246	63.062	748	59.029	(5.334)	35.416	(3.200)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:								
-Resultado de participações em coligadas e controladas.....	(92.990)	(3.183)	(55.794)	(1.910)	-	-	-	-
-Reversão (Amortização) de ágio não dedutível.....	(6.868)	(6.867)	(4.120)	(4.120)	3.332	3.333	2.000	2.000
-Provisão/Reversão para despesas com SG Paris.....	1.003	(2.624)	602	(1.575)	(1.810)	(7.952)	(1.085)	(4.772)
-Juros indutíveis MP 472.....	-	(262)	-	(157)	(1.400)	(262)	(840)	(157)
-Despesas com fraudes.....	-	-	-	-	(180)	(135)	(108)	(81)
-Incentivo fiscal.....	(76)	(170)	(45)	(102)	(119)	(176)	(59)	(109)
-Descontos concedidos.....	-	-	-	-	(523)	(1.056)	(314)	(633)
-Despesas com cessão em operações de crédito.....	-	-	-	-	(144)	(4.685)	(86)	(2.725)
-Outras despesas não dedutíveis.....	(65)	(738)	(38)	(443)	(403)	(3.128)	(318)	(1.533)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:								
Diferenças temporárias								
-Contingências fiscais, trabalhistas e civis.....	(2.638)	(2.725)	(1.583)	(1.635)	(4.576)	(2.954)	(2.300)	(1.726)
-Ajuste a valor de mercado - TVM e derivativos.....	(8.805)	56.916	(5.383)	34.150	(10.130)	56.879	(6.178)	34.127
-Provisão/Reversão para devedores duvidosos.....	(48)	191	(29)	113	(759)	191	(456)	113
-Amortização de ágio.....	(920)	(767)	(553)	(460)	(920)	(767)	(553)	(460)
-Perda de crédito Art. 340 RIR.....	-	-	-	-	2.809	-	4.682	-
-Provisão/Reversão de bônus e PLR.....	1.242	(695)	744	(417)	1.443	(1.726)	817	(806)
-Honorários advocatícios.....	(919)	-	(552)	-	(919)	-	(552)	-
-Outras diferenças temporárias.....	407	330	245	205	(307)	229	470	144
-Créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais (a).....	(27.510)	(45.105)	(16.506)	(27.063)	(84.549)	(46.220)	(51.655)	(26.405)
Efeito da Compensação de prejuízos fiscais.....	-	-	-	-	353	-	137	4
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido.....	-	-	-	-	399	-	240	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(33.083)	229	(19.950)	143	(42.184)	(9.081)	(25.424)	(3.410)
Diferenças temporárias - Outras (b).....	-	-	-	-	(6.829)	(8.406)	(1.015)	(5.044)
Reversão de créditos tributários no período (c).....	-	-	-	-	(101.158)	-	(60.695)	-
Total de imposto de renda e contribuição social.....	<u>(33.083)</u>	<u>229</u>	<u>(19.950)</u>	<u>143</u>	<u>(150.171)</u>	<u>(17.487)</u>	<u>(87.134)</u>	<u>(8.454)</u>

(a) O Banco possui prejuízos fiscais em 2011 de R\$ 110.028 (R\$ 190.770 em 2010) e no Consolidado R\$ 618.632 em 2011 (R\$ 226.207 em 2010) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 110.365 em 2011 (R\$ 128.188 em 2010) no Consolidado R\$ 504.045 (R\$ 109.024 em 2010), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) diferidos no montante de R\$ 88.157 (R\$25.033 em 2010), no Consolidado R\$ 440.128 em 2011 (R\$ 40.312 em 2010) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando da elaboração do estudo técnico que demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN. (b) Nas controladas, refere-se a imposto incidente sobre superveniência de depreciação R\$ 5.252 (R\$ 1.692 em 2010), realização de prejuízo fiscal e constituição de contingências no montante R\$ 2.592 (R\$ 11.758 em 2010). (c) Na controlada Banco Cacicque S.A., o crédito tributário anteriormente constituído estava substanciado em estudo técnico, no qual previa a realização de cessões de crédito no decorrer do primeiro semestre de 2011. A Administração do Banco, em função do cenário adverso do primeiro trimestre de 2011, decidiu pela não realização dessas cessões, uma vez que elas não modificariam a geração de lucro fiscal tributável no decorrer do exercício de 2011. Dessa forma, a Administração do Banco, ao avaliar o crédito tributário em 31 de dezembro de 2011, decidiu pela sua reversão, conforme requerido pela Resolução BACEN nº 3.059 - artigo 5º, por entender que passou a não possuir histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social nos três dos últimos cinco exercícios sociais, período este que deve incluir o exercício de referência, e que não realizou, em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico com créditos tributários constituídos sobre prejuízo fiscal.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Banco			Consolidado		
	2011	2010	2010	2011	2010	2010
Prejuízo fiscal e base negativa.....	-	-	318.478	-	-	318.478
Diferenças temporárias.....	25.139	240.098	277.100	25.139	240.098	277.100
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	64.691	151.566	-	64.691	151.566
Provisão para riscos.....	-	119.825	107.222	-	119.825	107.222
Provisão com valorização de carteira cedida liquidada antecipadamente.....	-	-	7.068	-	-	7.068
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos.....	-	-	3	-	-	3
Ajuste a valor de Mercado-hedge-cash flow hedge.....	25.139	25.139	-	25.139	25.139	-
Superveniência de depreciação.....	-	-	30.407	-	-	30.407
Outras.....	-	-	11.227	-	-	11.227
Total.....	<u>25.139</u>	<u>240.098</u>	<u>595.578</u>	<u>25.139</u>	<u>240.098</u>	<u>595.578</u>
Alíquota de imposto de renda.....	25%	25%	15%	25%	25%	15%
Crédito tributário constituído.....	<u>6.285</u>	<u>60.025</u>	<u>148.895</u>	<u>6.285</u>	<u>60.025</u>	<u>148.895</u>
Ativo - Contribuição social (Alíquota de 15%).....	<u>2011</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prejuízo fiscal e base negativa.....	-	-	306.001	-	-	306.001
Diferenças temporárias.....	25.139	140.357	270.402	25.139	140.357	270.402
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	5.449	151.565	-	5.449	151.565
Provisão para riscos.....	-	109.733	100.524	-	109.733	100.524
Provisão com valorização de carteira cedida liquidada antecipadamente.....	-	-	7.068	-	-	7.068
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos.....	-	-	3	-	-	3
Ajuste a valor de Mercado-hedge-cash flow hedge.....	25.139	25.139	-	25.139	25.139	-
Outras.....	-	-	33	-	-	33
Total.....	<u>25.139</u>	<u>140.357</u>	<u>576.403</u>	<u>25.139</u>	<u>140.357</u>	<u>576.403</u>
Alíquota de contribuição social.....	15%	15%	15%	15%	15%	15%
Crédito tributário constituído.....	<u>3.771</u>	<u>21.054</u>	<u>86.460</u>	<u>3.771</u>	<u>21.054</u>	<u>86.460</u>
Ativo - Contribuição social (Alíquota de 9%).....	<u>2011</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prejuízo fiscal e base negativa.....	-	-	7.941	-	-	7.941
Diferenças temporárias.....	-	-	10.092	-	-	6.698
Provisão para riscos.....	-	-	10.092	-	-	6.698
Total.....	-	-	15.816	-	-	14.639
Alíquota de contribuição social.....	9%	9%	9%	9%	9%	9%
Crédito tributário constituído.....	<u>10.056</u>	<u>82.501</u>	<u>236.672</u>	<u>10.056</u>	<u>82.501</u>	<u>236.672</u>

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial.....	-	-	-	-
Adições.....	10.056	11.496	54.837	10.056
Baixas (*).....	-	(165.661)	(68.944)	-
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda.....	-	(6)	(10)	-
Saldo final.....	<u>10.056</u>	<u>82.501</u>	<u>236.672</u>	<u>10.056</u>

(\*) A Administração do Banco, ao avaliar o crédito tributário em 31 de dezembro de 2011, decidiu pela sua baixa, conforme requerido pela Resolução BACEN nº 3.059 - artigo 5º, por ter se desenganchado do histórico de lucros ou receitas tributárias para fins de imposto de renda e contribuição social nos três dos últimos cinco exercícios sociais, período este que deve incluir o exercício de referência, e não realizou, em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico com créditos tributários constituídos sobre prejuízo fiscal.

	Banco		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011. - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**27. LIMITES OPERACIONAIS**

Acordo da Basileia II - O BACEN divulgou os Comunicados nº 12.746/04, nº 16.137/07 e nº 19.028/09, que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia II), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar. Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de julho de 2008; entre eles constam: Resolução nº 3.490/07 e Circular nº 3.471/09 - definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE); • Circular nº 3.360/07 - define a Parcela de Exposição Ponderada pelo Fisco (PEPR); • Circulares nº 3.361/07 a nº 3.364/07, nº 3.366/07, nº 3.368/07 e nº 3.389/08 - definem a exposição às parcelas de Juros (PJUR-1 a PJUR-5); • Acôdes (PACS - Commodities (PCOM) e Câmbio (FCAM)); • Circular nº 3.383/08 - define a Parcela de Risco Operacional (POPR).  
Apuração dos limites de Basileia II – Consolidado

Rubrica	2011	2010
Patrimônio Líquido de Referência - PR	958.870	1.087.232
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	631.647	575.207
Parcela do Risco das Posições "Banking Book" - RBAN	2.353	3.500
Valor da margem	324.870	508.525
• Parcelas que compõem o PRE		

Parcela	2011		2010	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
PEPR	444.850	46%	462.577	43%
PCAM	107.814	11%	10.355	1%
PJUR-1	8.960	1%	8.527	1%
PJUR-3	27.713	3%	39.210	4%
PJUR-4	185	0%	174	0%
PCOM	-	0%	-	0%
PACS	368	0%	-	0%
POPR	41.810	4%	54.364	5%
Adicional BCB	-	0%	-	0%
• Extrapolação				

Índice exigido - BACEN	2011	2010
Índice alcançado	11%	11%
	16,64%	20,67%

**28. OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Em 31 de dezembro de 2011, a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros, monta a R\$ 216.579 (R\$ 195.661 em 2010). b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as cessões de crédito com cobrança por instituições financeiras, montam R\$ 120.790 (R\$ 402.220), no Consolidado. Os contratos objeto das cessões referem-se a crédito pessoal consignado - INSS e a financiamento de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2015. O valor presente dos contratos cedidos em 31 de dezembro de 2011 pela taxa dos contratos é de R\$ 71.829 (R\$ 163.466 em 2010). O valor dos contratos cedidos pela taxa das cessões efetuadas é R\$ 117.817 (R\$ 346.002 em 2010) e a taxa média dessas cessões foi de 14,11% ao ano e 1,1061% ao mês para o crédito pessoal consignado - INSS e de 14,69% ao ano e 1,14787% ao mês para o financiamento de veículos. Foi também constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante R\$ 1.609 (R\$ 855 em 2010). c) Plano de pensão - A partir do primeiro exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, de contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 571 (R\$ 451 em 2010) e pelos funcionários R\$ 709 (R\$ 515 em 2010).

**29. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS**

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais. Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolidação.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores do Banco Société Générale Brasil S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Banco) e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva** - A controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, as quais requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil, o qual é registrado

Processo	13/12/2011	31/12/2010
Lei nº 8.200/91 - Correção Monetária de Balanço (*)	14.859	16.686
IRRF sobre cota de fundo ao portador	479	473
CSLL	1.039	1.026
Total	16.377	18.185

(\*)Nota explicativa nº 15 iii a - registrado no grupo fiscais e previdenciárias

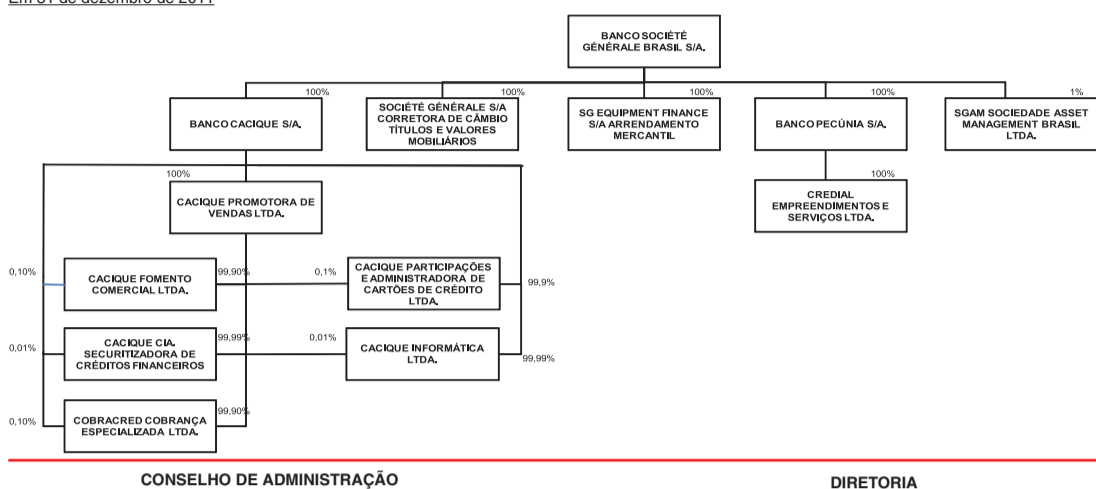
No momento da consolidação, o Banco irá registrar o ganho gerado a título de desconto nos juros e nas multas, após homologação da Secretaria da Receita Federal.

**30. EVENTO SUBSEQUENTE**

Em função do não recebimento de operações de derivativos, para as quais houve pedido de renegociação e recuperação judicial por parte dos clientes, o Banco em fevereiro de 2012, pré-liquidou as operações a vencer, conforme estabelecido nos contratos, e constituiu provisão para devedores duvidosos no valor R\$ 13.605 na rubrica de "Outros Créditos" de acordo com as normas do BACEN.

**31. ESTRUTURA DO GRUPO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL**

Em 31 de dezembro de 2011



**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Leandro dos Santos - CRC - SP 26204/O-6

**DIRETORIA**  
Francisco Antônio Maldonado Sant'Anna  
Contador  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA** - O Comitê de Auditoria do Banco Société Générale Brasil S.A. (Comitê), órgão estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Reportando-se diretamente ao Conselho de Administração e composto por quatro diretores indicados por este órgão, compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Société Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas a: • Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. • Na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomendações de melhorias nos controles internos; • Avaliação da efetividade dos controles internos. O Comitê reuniu-se formalmente 5 vezes desde a apreciação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em junho/2011 até a conclusão das atividades relativas ao semestre encerrado em 31/12/2011, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das instituições que compõem o Conglomerado, bem como consultores e auditores externos. Dentre as atividades do período destacam-se: • Avaliação da efetividade das auditorias interna e externa; • Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela ouvidoria e relatórios dos auditores internos sobre a adequação da estrutura e da atividade de ouvidoria; • Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554/08 e 3380/06; • Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período; • Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos. Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado relativas ao segundo semestre de 2011. São Paulo, 26 de março de 2012. Comitê de Auditoria.

como insuficiência ou superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente. Essas diretrizes, embora propiciem a apuração do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não requerem a reclassificação das operações para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e das receitas e despesas de arrendamento mercantil, que permanecem registradas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74 nas demonstrações financeiras consolidadas. **Opinião com ressalva** - Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva" com respeito às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Société Générale Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Ênfase - Agio** - Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16.a e nº 17 às demonstrações financeiras, o Banco e sua controlada Banco Cacique S.A. possuem ágios, gerados, respectivamente, em aquisições de controladas e incorporação reversa, os quais são avaliados a valor recuperável, conforme Resolução BACEN nº 3.566/08, com base nas expectativas de geração de resultados futuros, consubstanciadas em estudos elaborados e aprovados para os próximos exercícios pelas suas respectivas Administrações. A recuperação desses ativos depende, portanto, da efetivação das ações previstas naqueles estudos, que contemplam aportes de recursos pelos acionistas, crescimento da carteira de crédito, redução de custos administrativos e resultados positivos futuros das operações do Banco. **Crédito tributário** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.b às demonstrações financeiras, a controlada Banco Pecunia S.A. mantém imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$65.374 mil, oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, consubstanciada em estudo elaborado e aprovado para os próximos exercícios pela sua administração. A recuperação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dessa controlada depende, portanto, da efetivação das ações previstas naquele estudo, que contemplam aportes de recursos e resultados futuros positivos nas operações. São Paulo, 19 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOMHATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antônio Maldonado Sant'Anna  
Contador  
CRC nº 2 SP 120424/O-8



**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2011 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, juntamente com o relatório dos auditores independentes. **A DIRETORIA.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 - (Em milhares de reais)**

ATIVO	Nota explicativa	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		15.697	15.065
Disponibilidades	5	4	7
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	15.678	15.058
Aplicações em depósitos interfinanceiros		15.676	15.058
Outros créditos	6.a	17	-
Diversos		17	-
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	6.a	8.397	7.688
Outros créditos		8.397	7.688
Diversos		8.397	7.688
<b>PERMANENTE</b>		1	1
Investimentos		1	1
Outros investimentos	7	1	1
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		24.095	22.754

PASSIVO	Nota explicativa	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		425	390
Outras obrigações		425	390
Fiscais e previdenciárias	6.b	379	331
Diversas	6.c	46	59
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		800	635
Outras obrigações		800	635
Fiscais e previdenciárias	6.b	800	635
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	10	22.870	21.729
Capital social		15.415	15.415
Reserva legal		664	607
Reservas de lucros		6.791	5.707
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		24.095	22.754

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)**

	Nota explicativa	2º semestre	2011	2010
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		860	1.656	1.395
Recitada de operações com títulos e valores mobiliários		860	1.666	1.395
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		860	1.666	1.395
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		(57)	(112)	(125)
Receitas de prestação de serviços		27	54	54
Outras despesas administrativas	12	(247)	(516)	(438)
Despesas tributárias		(41)	(65)	(32)
Outras receitas operacionais	13.a	290	580	488
Outras despesas operacionais	13.b	(86)	(165)	(197)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		803	1.554	1.270
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		14	46	305
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO</b>			849	1.859
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	8	(322)	(718)	(579)
Provisão para imposto de renda corrente		(218)	(471)	(383)
Provisão para contribuição social corrente		(148)	(307)	(246)
Ativo fiscal diferido		44	60	50
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		527	1.141	923
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>		33,12	71,70	58,00

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em milhares de reais)**

	Nota explicativa	2º semestre	2011	2010
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		527	1.141	923
Lucro líquido do exercício/semestre		527	1.141	923
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		43	105	26
Provisão para contingências	13.b	87	165	127
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(44)	(60)	(101)
Lucro líquido do exercício/semestre ajustado		570	1.246	949
Variação de ativos e passivos				
Variação de títulos e valores mobiliários		(51)	(666)	(983)
Variação de outros créditos		(12)	35	(26)
Variação de outras obrigações		507	615	(60)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		507	615	(60)
Redução e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa		507	615	(60)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	5	15.173	15.065	15.125
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/semestre	5	15.680	15.680	15.065

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

	Imposto e renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial	171	102	273	139	84	223
Constituição de ativo fiscal diferido	37	23	60	32	18	50
Saldo final	208	125	333	171	102	273

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários e o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

	2011	2010
<b>Valor contábil</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias</b>		
Ano		
2010	-	19
2011	12	-
2014	321	254
Total	333	273

Em 31 de dezembro de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando as taxas dos Depósitos Interfinanceiros, totalizava R\$ 193 (R\$ 179 em 2010).

**9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS**

A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foi contabilizada provisão para contingências, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. A provisão está sendo constituída com base nos processos classificados como risco de perda provável.

a) A movimentação das provisões passivas

	Contingências Fiscais	
	2011	2010
Saldo inicial	635	508
Constituição (nota explicativa nº 13.b)	104	84
Atualização (nota explicativa nº 13.b)	61	43
Saldo final	800	635

b) O detalhamento das contingências fiscais por probabilidade de perda

	2011	2010
<b>Valor reclamado</b>		
<b>Valor provisionado</b>		
Perdas prováveis (i)	800	635
Perdas possíveis (ii)	18.460	17.591
Perdas remotas	426	409
Total de provisões	19.686	18.635
Depósitos Judiciais(*)	8.064	7.399

(\*) Nota explicativa nº 6 a

(i) Perdas Prováveis - Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos relacionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98). (ii) Perdas Possíveis - Referem-se aos processos de imposto de renda e contribuição social sobre operações day-trade no montante de R\$ 7.220 (R\$ 8.812 em 2010) e de desmaturalização da Bovespa no montante de R\$ 11.240 (R\$ 8.250 em 2010) sendo que para este último há depósito judicial de R\$ 6.879 (R\$ 6.283 em 2010), incluído no valor demonstrado na nota explicativa, nº 6.a.

**10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social - O capital social está representado por 15.912.892 ações nominativas, sendo 7.956.446 ações ordinárias e 7.956.446 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm prioridade no caso de reembolso do capital. b) Dividendos - Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. A Administração, através da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos de imposto de renda e contribuição social sobre operações day-trade no montante de R\$ 2.200 (R\$ 6.812 em 2010) e de desmaturalização da Bovespa no montante de R\$ 11.240 (R\$ 8.250 em 2010) sendo que para este último há depósito judicial de R\$ 6.879 (R\$ 6.283 em 2010), incluído no valor demonstrado na nota explicativa, nº 6.a.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em milhares de reais - R\$)

**8. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados aos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

	2011	2010
Arrendamentos a receber - setor privado.....	205.478	138.452
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(204.314)	(138.344)
Arrendamento a receber – setor público.....	99.387	31.522
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(97.468)	(31.431)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação.....	305.265	171.648
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 11 a).....	30.407	9.398
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota explicativa nº 11 a).....	1.697	-
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10 c).....	(48.260)	(18.796)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil.....	<u>292.192</u>	<u>162.449</u>

a.1) Composição do arrendamento financeiro por vencimento:

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas a partir de 15 dias.....	1.275	0,4%	199	-
A vencer até 3 meses.....	54.667	18,7%	23.811	15,0%
A vencer de 3 a 12 meses.....	82.080	28,1%	40.435	25,0%
A vencer de 1 a 3 anos.....	133.778	45,8%	78.728	48,0%
A vencer de 3 a 5 anos.....	20.392	7,0%	19.160	12,0%
A vencer de 5 a 15 anos.....	-	-	116	-
Total.....	<u>292.192</u>	<u>100,0%</u>	<u>162.449</u>	<u>100,0%</u>

a.2) Composição do arrendamento financeiro por atividade:

	2011		2010	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Setor Privado:				
Indústria.....	23.832	8,2%	2.255	1,4%
Comércio.....	43.818	15,0%	33.046	20,3%
Instituição Financeira.....	14.759	5,0%	17.031	10,5%
Outros Serviços.....	110.719	37,9%	78.804	48,5%
Setor Público:				
Outros Serviços.....	99.064	33,9%	31.313	19,3%
Total.....	<u>292.192</u>	<u>100,00%</u>	<u>162.449</u>	<u>100,00%</u>

a.3) Composição do arrendamento financeiro por maiores devedores:

	2011	2010
Principal devedor.....	99.064	31.314
10 seguintes maiores devedores.....	102.609	85.804
20 seguintes maiores devedores.....	41.434	28.295
50 seguintes maiores devedores.....	38.773	17.036
100 seguintes maiores devedores.....	10.312	-
Total.....	<u>292.192</u>	<u>162.449</u>

b) Arrendamento operacional:

	2011	2010
Arrendamentos a receber - setor privado.....	5.105	3.183
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(5.105)	(3.183)
Total.....	-	-

b.1) Composição do arrendamento operacional por vencimento:

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
A vencer até 3 meses.....	967	18,9%	988	31,0%
A vencer de 3 a 12 meses.....	1.230	24,1%	1.777	56,0%
A vencer de 1 a 3 anos.....	2.816	55,2%	418	13,0%
A vencer de 3 a 5 anos.....	92	1,8%	-	-
Total.....	<u>5.105</u>	<u>100,0%</u>	<u>3.183</u>	<u>100,0%</u>

b.2) Composição do arrendamento operacional por atividade:

	2011		2010	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Setor privado:				
Indústria.....	399	7,8%	1.197	62,7%
Comércio.....	1.194	23,4%	1.186	37,3%
Outros Serviços.....	3.512	68,8%	-	-
Total.....	<u>5.105</u>	<u>100,00%</u>	<u>3.183</u>	<u>100,00%</u>

**9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**  
Em 31 de Dezembro de 2011, a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi de R\$ 2.936 (R\$ 91 em 2010). O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	Percentual de Provisão	2011				2010			
		Curso Normal	Vencidos	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão
AA	0,0%	166.271	-	166.271	-	144.278	-	144.278	-
A	0,5%	104.652	315	104.967	525	17.972	199	18.171	91
B	1,0%	9.140	72	9.212	92	-	-	-	-
C	3,0%	1.074	7	1.081	32	-	-	-	-
D	10,0%	8.771	534	9.305	931	-	-	-	-
H	100,0%	1.009	347	1.356	1.356	-	-	-	-
Total		<u>290.917</u>	<u>1.275</u>	<u>292.192</u>	<u>2.936</u>	<u>162.250</u>	<u>199</u>	<u>162.449</u>	<u>91</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2011	2010
Saldo inicial.....	91	-
Constituição.....	2.845	91
Saldo final.....	<u>2.936</u>	<u>91</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, não foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa.

**10. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES**

a) Outros créditos – diversos:

	2011	2010
Créditos Tributários - CFH.....	227	-
Impostos a compensar.....	2.562	1.600
Devedores diversos País.....	1.182	971
Total.....	<u>3.971</u>	<u>2.571</u>
Curto prazo.....	3.971	2.571

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2011	2010
Provisão para impostos e contribuições a pagar.....	248	-
Impostos e contribuições a recolher.....	287	168
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (*)	<u>7.602</u>	<u>2.350</u>
Total.....	<u>8.137</u>	<u>2.518</u>
Curto prazo.....	535	168
Longo prazo.....	7.602	2.350

(\*) nota explicativa nº 12 c

c) Outras obrigações - diversas:

	2011	2010
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 8 a).....	48.260	18.796
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	7	48
Provisão para pagamentos a efetuar (i).....	15.149	13.285
Valores a pagar a sociedade ligada (nota explicativa nº 15).....	14	14
Credores diversos País - fianças.....	14	-
Total.....	<u>63.444</u>	<u>32.143</u>
Curto prazo.....	12.894	10.400
Longo prazo.....	50.550	21.743

(i) Refere-se, principalmente, ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil, no montante de R\$ 9.355 (R\$ 5.106 em 2010), pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil, no montante de R\$ 3.493 (R\$ 6.579 em 2010) e pagamento de despesas de pessoal, no montante de R\$ 1.771 (R\$ 831 em 2010).

**11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO**

a) Bens Arrendados – Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2011	2010
Máquinas e equipamentos.....	14,29%	185.392	111.432
Equipamentos de informática.....	28,57%	185.523	63.770
Veículos e afins.....	28,57%	43.579	26.657
Aeronaves.....	28,57%	11.696	7.605
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 8 a).....	-	30.407	9.398
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*).....	-	1.697	1.874
Depreciação acumulada.....	-	<u>(120.925)</u>	<u>(37.816)</u>
Total.....	-	<u>337.369</u>	<u>182.920</u>

(\*) notas explicativas nº 3 i e 8 a

b) Bens Arrendados – Arrendamento Operacional:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2011	2010
Equipamentos de informática.....	28,57%	8.745	5.509
Depreciação acumulada.....	-	<u>(1.998)</u>	<u>(1.583)</u>
Total.....	-	<u>6.747</u>	<u>3.926</u>

c) Bens Arrendados – Total:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2011	2010
Máquinas e equipamentos.....	14,29%	185.392	111.432
Equipamentos de informática.....	28,57%	194.268	69.279
Veículos e afins.....	28,57%	43.579	26.657
Aeronaves.....	28,57%	11.696	7.605
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 8 a).....	-	30.407	9.398
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*).....	-	1.697	1.874
Depreciação acumulada.....	-	<u>(122.923)</u>	<u>(39.399)</u>
Total.....	-	<u>344.116</u>	<u>186.846</u>

(\*) nota explicativa nº 3 i

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

**12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social.....	(7.800)	5.770	(7.800)	5.770
Alíquota vigente.....	25%	25%	15%	15%
Expectativa de crédito (despesa) de Imposto de Renda e da Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente.....	1.950	(1.419)	1.170	(866)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre as diferenças permanentes: Juros ineditivéis - MP 472.....	(1.400)	(359)	(840)	(204)
Incentivos fiscais.....	(21)	(10)	(12)	(6)

Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre as diferenças temporárias, cujos créditos tributários não foram constituídos:

	2011	2010
Resultado com marcação a mercado.....	(1.325)	(37)
Provisão de bônus.....	-	(77)
Provisão para devedores duvidosos.....	(711)	-
Outras diferenças temporárias.....	(13)	(41)
Prejuízo fiscal e base negativa.....	-	231
Incentivos fiscais.....	-	20
Créditos tributários não reconhecidos no exercício.....	(3.732)	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	<u>(5.252)</u>	<u>(1.692)</u>
Total.....	<u>(912)</u>	<u>(1.169)</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a Sociedade possui prejuízos fiscais de R\$ 50.365 (R\$ 35.437 em 2010) e diferenças temporárias referentes à provisão não dedutível de R\$ 9.257 (R\$ 1.060 em 2010), totalizando o montante de R\$ 59.622 (R\$ 36.497 em 2010), sobre os quais não foi contabilizado imposto de renda diferido (25%) no montante de R\$ 14.905 (R\$ 9.124 em 2010), que será contabilizado quando da elaboração do estudo técnico que demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução BACEN nº 3.059/02.

b) Constituição (realização) do imposto de renda diferido:

	2011	2010
Base de cálculo: Superveniência (Insuficiência) de depreciação.....	30.407	9.398
Alíquota de imposto de renda.....	25%	25%
Constituição (realização) sobre diferenças temporárias.....	<u>7.602</u>	<u>2.350</u>

c) Movimentação do imposto de renda diferido:

	2011	2010
Saldo inicial.....	2.350	1.153
Adições (exclusões) líquidas.....	5.252	1.197
Saldo final (nota explicativa nº 10 b).....	<u>7.602</u>	<u>2.350</u>

**13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR**

a) A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz do grupo que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

	2011	2010
Empréstimos: Obrigações por empréstimos no exterior (vide nota 15).....	<u>367.605</u>	<u>174.846</u>
Total.....	<u>367.605</u>	<u>174.846</u>
Curto prazo.....	176.060	57.790
Longo prazo.....	191.545	117.056

Refere-se a empréstimo contraído junto à empresa ligada no exterior - Societé Générale - Paris - com vencimentos até 2016, sujeito à variação cambial e juros de até 4% ao ano.  
b) Resultado com operações de empréstimos e repasses:

	2011	2010
Juros.....	(7.367)	(2.820)
Varição Cambial.....	(46.769)	7.119
Total (nota explicativa nº 15).....	<u>(54.136)</u>	<u>4.299</u>

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil  
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras** - A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) **Capital Social:** O Capital Social está representado por 699.548 ações ordinárias (426.274 em 2010) e 699.548 ações preferenciais (426.274 em 2010), sem valor nominal, pertencentes à acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do Capital. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de Dezembro de 2011, foi deliberado o aumento do Capital Social da Sociedade no montante de R\$ 15.000, representado por 546.548 ações, passando assim para um total de 1.399.096 ações, mediante a emissão de 273.274 ações ordinárias e 273.274 ações preferenciais. Esse aumento do Capital Social foi aprovado pelo BACEN em 06 de Janeiro de 2012. **b) Reserva Legal:** Devido ao prejuízo apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reserva legal. **c) Reservas Estatutárias:** A Sociedade reverteu o saldo de reservas de lucros, devido ao prejuízo apurado no semestre. **d) Dividendos:** Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual.

**15. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010:

	Ativo (passivo)		Re	
--	-----------------	--	----	--